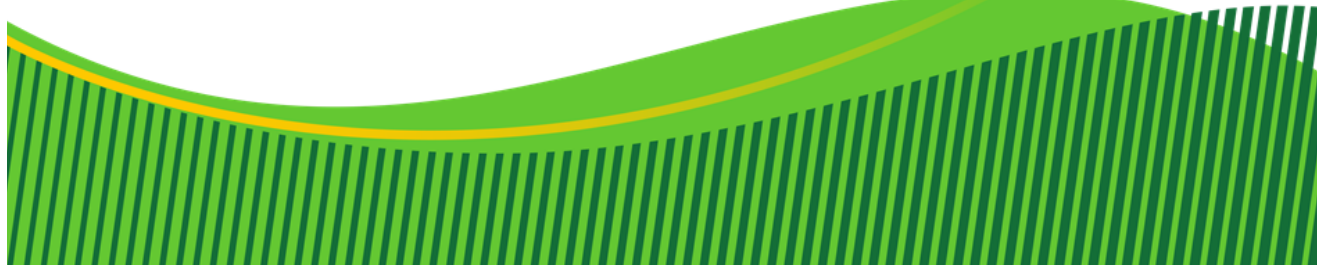


Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Molinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS
Teutônia - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 25 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 01 de março de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS
CNPJ/MF nº 87.853.206/0001-42

ATIVO	31/12/2015		PASSIVO	31/12/2015	
	31/12/2016	(Reapresentado)		31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	709.714	596.927	CIRCULANTE	266.380	252.260
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	12.244	5.217	DEPÓSITOS (NOTA 11)	126.212	126.724
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	399.937	319.654	Depósitos à Vista	89.613	87.755
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2	60	Depósitos Interfinanceiros	-	102
Correspondentes no país	310	223	Depósitos a Prazo	36.599	38.867
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	399.625	319.371	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	102.113	93.970
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	273.593	253.480	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	3	520
Operações de Crédito	286.507	268.096	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	102.110	93.450
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(12.914)	(14.616)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.221	1.950
OUTROS CRÉDITOS	18.432	15.098	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.221	1.950
Créditos por Avais e Fianças Honrados	252	194	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	7.656	8.542
Rendas a Receber	1.640	2.339	Empréstimos País - Outras Instituições	7.656	8.542
Créditos Específicos	122	108	OUTRAS OBRIGAÇÕES	28.178	21.074
Diversos (NOTA 07)	16.757	12.719	Cobrança e Arrecadação de Tributos	51	52
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(339)	(262)	Sociais e Estatutárias	2.806	2.042
OUTROS VALORES E BENS	5.508	3.478	Fiscais e Previdenciárias	1.363	1.163
Outros Valores e Bens	5.516	3.430	Diversas (NOTA 14)	23.958	17.817
(Provisão para desvalorização)	(51)	(6)			
Despesas Antecipadas (NOTA 08)	43	54			
NÃO CIRCULANTE	139.028	133.124	NÃO CIRCULANTE	431.909	351.677
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	85.628	84.434	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	431.909	351.677
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.405	2	DEPÓSITOS (NOTA 11)	426.585	341.916
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.405	2	Depósitos a Prazo	426.585	341.916
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	84.222	84.330	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	5.324	9.761
Operações de Crédito	95.000	91.359	Repasse Interfinanceiros	5.324	9.761
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.778)	(7.029)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	1	102			
Diversos	1	102			
PERMANENTE	53.400	48.690	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	150.453	126.114
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	23.183	19.337	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	73.407	63.669
Outros Investimentos	23.183	19.337	De Domiciliados no País	73.556	63.767
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	25.075	24.906	(Capital a Realizar)	(149)	(98)
Imóveis de Uso	19.944	19.788	RESERVAS DE SOBRAS	72.250	58.409
Outras Imobilizações de Uso	13.528	12.030	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	4.796	4.036
(Depreciação acumulada)	(8.397)	(6.912)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	5.142	4.447			
Outros Ativos Intangíveis	8.849	7.374			
(Amortização acumulada)	(3.707)	(2.927)			
TOTAL DO ATIVO	848.742	730.051	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	848.742	730.051

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS
CNPJ/MF nº 87.853.206/0001-42

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	44.426	-	44.426	85.011	1	85.012	76.900	1	76.901
Operações de Crédito	44.346	-	44.346	84.928	1	84.929	76.899	1	76.900
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	80	-	80	83	-	83	1	-	1
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(38.249)	(333)	(38.582)	(71.911)	(597)	(72.508)	(58.899)	(528)	(59.427)
Operações de Captação no Mercado	(26.286)	(30)	(26.316)	(49.997)	(54)	(50.051)	(39.808)	(49)	(39.857)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.954)	(303)	(4.257)	(7.817)	(543)	(8.360)	(6.272)	(479)	(6.751)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.009)	-	(8.009)	(14.097)	-	(14.097)	(12.819)	-	(12.819)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.177	(333)	5.844	13.100	(596)	12.504	18.001	(527)	17.474
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	4.708	3.115	7.823	6.005	6.202	12.207	(1.937)	6.265	4.328
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.241	5.401	9.642	8.194	10.499	18.693	6.043	7.148	13.191
Rendas de Tarifas Bancárias	2.587	-	2.587	4.900	-	4.900	3.040	1	3.041
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(14.172)	(1.104)	(15.276)	(26.460)	(1.854)	(28.314)	(22.527)	(1.664)	(24.191)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(8.478)	(1.116)	(9.594)	(16.593)	(2.003)	(18.596)	(14.383)	(1.996)	(16.379)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(60)	(252)	(312)	(131)	(492)	(623)	(54)	(328)	(382)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	29.244	552	29.796	53.797	665	54.462	38.474	3.765	42.239
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 14)	(8.654)	(366)	(9.020)	(17.702)	(613)	(18.315)	(12.530)	(661)	(13.191)
RESULTADO OPERACIONAL	10.885	2.782	13.667	19.105	5.606	24.711	16.064	5.738	21.802
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(154)	13	(141)	(228)	13	(215)	(204)	67	(137)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.731	2.795	13.526	18.877	5.619	24.496	15.860	5.805	21.665
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	957	957	-	(177)	(177)	-	(214)	(214)
Provisão para Imposto de Renda	-	569	569	-	(97)	(97)	-	(123)	(123)
Provisão para Contribuição Social	-	388	388	-	(80)	(80)	-	(91)	(91)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	10.731	3.752	14.483	18.877	5.442	24.319	15.860	5.591	21.451
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	5.442	(5.442)	-	5.591	(5.591)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	10.731	3.752	14.483	24.319	-	24.319	21.451	-	21.451
DESTINAÇÕES	-	-	-	(19.523)	-	(19.523)	(17.415)	-	(17.415)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.723)	-	(4.723)	(4.639)	-	(4.639)
Fates - Estatutário	-	-	-	(959)	-	(959)	(807)	-	(807)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(13.429)	-	(13.429)	(11.301)	-	(11.301)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(412)	-	(412)	(668)	-	(668)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	4.796	-	4.796	4.036	-	4.036

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS
CNPJ/MF nº 87.853.206/0001-42

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	54.743	46.440	3.333	104.516
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.317	-	(3.317)	-
Outras destinações	-	-	(16)	(16)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.964	-	-	2.964
Baixas de capital	(1.931)	-	-	(1.931)
Resultado do período	-	-	21.451	21.451
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(807)	(807)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.301	(11.301)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.576	-	(4.639)	(63)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	668	(668)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	63.669	58.409	4.036	126.114
Mutações do Período	8.926	11.969	703	21.598
Saldos no início do período em 01/01/2016	63.669	58.409	4.036	126.114
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.994	-	(3.994)	-
Outras destinações	-	-	(42)	(42)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.606	-	-	3.606
Baixas de capital	(2.517)	-	-	(2.517)
Resultado do período	-	-	24.319	24.319
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(959)	(959)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.429	(13.429)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.655	-	(4.723)	(68)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	412	(412)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	73.407	72.250	4.796	150.453
Mutações do Período	9.738	13.841	760	24.339
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	68.362	58.409	9.836	136.607
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.929	-	-	1.929
Baixas de capital	(1.539)	-	-	(1.539)
Resultado do período	-	-	14.483	14.483
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(959)	(959)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.429	(13.429)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.655	-	(4.723)	(68)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	412	(412)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	73.407	72.250	4.796	150.453
Mutações do Período	5.045	13.841	(5.040)	13.846

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS
CNPJ/MF nº 87.853.206/0001-42

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	17.429	28.797	30.986
Resultado do semestre/exercício	14.483	24.319	21.451
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.946	4.478	9.535
Provisão para operações de crédito	2.594	2.046	7.997
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	41	45	5
Provisão para desvalorização de outros créditos	34	78	108
Depreciação do imobilizado de uso	1.037	2.001	1.766
Amortização do intangível	424	780	667
Baixas do ativo permanente	233	244	71
Provisão para passivos contingentes	80	87	119
Destinações ao FATES	(959)	(959)	(807)
Dividendos SicrediPar	(538)	156	(391)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	27.560	65.241	53.379
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(887)	(1.403)	(2)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.816	58	(55)
Redução em créditos vinculados	-	-	81
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(37)	(87)	102
(Aumento) em operações de crédito	(18.993)	(22.052)	(15.968)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(719)	3.706	4.481
(Aumento) em outros créditos	(2.303)	(3.467)	(3.334)
(Aumento) em outros valores e bens	(129)	(2.074)	(3.185)
Aumento em depósitos	40.246	84.157	66.525
Aumento em relações interdependências passivas	1.387	271	338
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.484)	(887)	836
Absorção de dispêndios pelo FATES	(245)	(807)	(667)
Aumento em outras obrigações	6.908	7.826	4.227
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente	44.989	94.038	84.365
Aquisição de Investimentos	-	(3.847)	(164)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.417)	(2.414)	(2.283)
Aplicações no Intangível	(283)	(1.475)	(2.017)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(1.700)	(7.736)	(4.464)
Integralização de capital	1.929	3.606	2.964
Baixa de capital	(1.539)	(2.517)	(1.931)
Juros ao capital próprio	(68)	(68)	(63)
Distribuição de Sobras	-	(42)	(16)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente	322	979	954
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	43.611	87.281	80.855
Caixa e equivalente de caixa no início do período	368.258	324.588	243.733
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	411.869	411.869	324.588

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 20/08/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	597.028	(101)	596.927
OUTROS CRÉDITOS	15.199	(101)	15.098
Diversos	12.820	(101)	12.719
Ativo Não circulante	133.023	101	133.124
OUTROS CRÉDITOS	1	101	102
Diversos	1	101	102
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	4.328	-	4.328
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	13.352	(161)	13.191
Rendas de Tarifas Bancárias	2.880	161	3.041

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	53.381	(2)	53.379
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	84.367	(2)	84.365
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.466)	2	(4.464)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	12.244	5.217
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	399.625	319.371
Total	411.869	324.588

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.405	2
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.405	2
Total realizável a longo prazo	1.405	2

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	168.048	72.822	240.870	220.391
Financiamentos	14.971	16.494	31.465	35.392
Financiamentos rurais e agroindustriais	103.488	5.684	109.172	103.672
Carteira total	286.507	95.000	381.507	359.455

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	252	-	252	194
Títulos e créditos a receber (i)	12.809	1	12.810	8.841
Total	13.061	1	13.062	9.035

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	167.161	177.666	836	888
Nível B	1,00	85.020	111.255	850	1.113
Nível C	3,00	80.994	30.590	2.430	918
Nível D	10,00	35.851	26.310	3.585	2.631
Nível E	30,00	8.179	4.792	2.454	1.438
Nível F	50,00	5.288	3.205	2.644	1.603
Nível G	70,00	3.219	4.876	2.253	3.413
Nível H	100,00	8.857	9.796	8.857	9.796
Total (i)		394.569	368.490	23.909	21.800

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 122 (2015 - R\$ 107).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.133	39.533	48.603	44.048	135.317	118.993
Rural	551	12.342	90.595	5.684	109.172	103.672
Industrial	600	6.492	6.847	7.395	21.334	25.801
Comércio	1.120	15.158	27.403	12.346	56.027	53.438
Outros Serviços	524	16.832	29.835	25.528	72.719	66.586
Total	5.928	90.357	203.283	95.001	394.569	368.490

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	58.096	14,72	47.975	13,02
50 devedores seguintes	59.290	15,03	51.174	13,89
100 devedores seguintes	45.182	11,45	39.542	10,73
Demais	232.001	58,80	229.799	62,36
Total	394.569	100	368.490	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	21.907	13.802
Constituição de provisão	14.097	12.819
Movimentação de baixados para prejuízo	(11.973)	(4.714)
Saldo final	24.031	21.907

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.156 (2015 - R\$ 1.597), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 7.034 (2015 - R\$ 12.195).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	115	116
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.648	2.013
Impostos e contribuições a compensar	426	620
Títulos e créditos a receber	12.809	8.841
Valores honrados	132	182
Operações com cartões	72	28
Pendências a regularizar	18	700
Outros	537	219
Total Circulante	16.757	12.719
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	101
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	1	102

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	5.504	3.421
Imóveis	4.404	2.424
Veículos e afins	561	855
Máquinas e equipamentos	-	68
Bens em regime especial	539	74
Material em estoque	12	9
Despesas antecipadas	43	54
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(51)	(6)
Total Circulante	5.508	3.478

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 51 (2015 - R\$ 6) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	11.358	10.359
Sicredi Participações S.A.	11.824	8.977
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	23.183	19.337

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	3.834.725 ON	2.911.592 ON	1	1	11.358.166	10.358.105
	7.989.004 PN	6.065.810 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,36%	1,12%	0,63%	0,72%	3,24%	3,03%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	11.824	8.977	1	1	11.358	10.359

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	33.472	(8.397)	25.075	24.906
Imobilizações em curso	-	760	-	760	972
Terrenos	-	1.946	-	1.946	1.946
Edificações	4%	17.998	(1.964)	16.034	16.595
Instalações	10%	2.649	(1.154)	1.495	957
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.045	(2.080)	2.965	2.687
Sistema de comunicação	10%	246	(145)	101	77
Sistema de processamento de dados	20%	3.831	(2.507)	1.324	1.193
Sistema de segurança	10%	226	(77)	149	122
Sistema de transporte	20%	771	(470)	301	357
Intangível (i)	5% a 15%	8.849	(3.707)	5.142	4.447
Investimentos Confederação		8.849	(3.707)	5.142	4.447
Total		42.321	(12.104)	30.217	29.353

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	89.613	-	-	89.613	87.755
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	102
Depósitos a prazo	19.153	17.446	426.585	463.184	380.783
Total	108.766	17.446	426.585	552.797	468.640

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	101.554	92.859
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	101.554	92.859
Outros Recursos	556	591
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	556	591
Total circulante	102.110	93.450
Recursos do Crédito Rural	5.115	9.058
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.115	9.058
Outros Recursos	209	703
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	209	703
Total exigível a longo prazo	5.324	9.761

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 05/07/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	7.656	8.542
Cooperativa Central Sicredi Sul	7.656	8.542
Total circulante	7.656	8.542

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	155	502
Obrigações por convênios oficiais	4	8
Provisão para pagamentos a efetuar	5.375	4.550
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	406	319
Provisão para coobrigações (i)	3.244	2.176
Pendências a regularizar	346	43
Operações com cartões	12.228	8.266
Demais fornecedores	809	790
Credores diversos	1.391	1.163
Total circulante	23.958	17.817

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	268	60	-	328
Cível	51	56	(29)	78
Total	319	116	(29)	406

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	328	268
Cível	Provável	78	51
Total		406	319

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 78 (2015 - R\$ 97).

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	73.407	63.669
Total de associados	65.041	61.960

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 9.738 (2015 – R\$ 8.926), sendo R\$ 8.649 (2015 – R\$ 7.893) via integralização de resultados e R\$ 3.606 (2015 – R\$ 2.964), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.517 (2015 – R\$ 1.931).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.723, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	24.496	21.665
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(10.288)	(9.099)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	3	7
Provisão resgate milhas cartão	9	79
Provisão de PPR	14	8
Receita com atos cooperativos	7.928	6.344
Juros sobre o capital próprio	1.984	1.856
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	398
Outros	173	193
Subtotal	10.111	8.885
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(177)	(214)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Disponibilidades (Nota 05)	-	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.405	2
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	399.625	319.371
Outros Créditos - Rendas a receber	1.048	1.604
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.655	2.212
Investimentos (Nota 09)	23.183	19.337
Intangível (Nota 10)	5.142	4.447
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	-	102
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	107.434	103.211
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	7.656	8.542
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	12.073	8.344
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	83	1
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	7.193	128
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	49.064	36.109
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	11	2
Operações de Empréstimos e Repasses	8.359	6.751
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	887	697
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	8.197	7.788

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	273	0,30%	249
Depósitos a prazo	6.510	1,41%	6.318
Operações de crédito	3.601	0,94%	1.573

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.487	2.271

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 18.596 (2015 - R\$ 16.379), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.709	2.028
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	47.252	34.170
Reversão de provisões operacionais	3.907	1.596
Outras rendas operacionais	1.594	4.445
Total	54.462	42.239

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	4.038	1.990
Contribuição O.C.E.	93	84
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	324	460
Contribuição Confederação Sicredi	5.687	5.389
Cooperativa Central Sicredi Sul	1.137	1.056
Contribuição Sureg	-	23
Encargos da administração financeira	266	209
Repasse Administradora de Cartões	721	589
Outras provisões operacionais	4.251	1.457
Outras despesas operacionais	1.798	1.934
Total	18.315	13.191

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	153.603	157.351
Coobrigações em cessões de crédito	-	3
Total	153.603	157.354

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	148.102	124.989
Capital principal - CP	148.102	124.989
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	72.250	58.409
Lucros acumulados	4.796	4.036
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	2.350	1.125
Total do capital qualificado	148.102	124.989
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	66.732	64.681
Índice sobre o PR considerando a RBAN	23,36%	21,37%
Situação para o limite de imobilização	27.867	28.228
Índice de imobilização (limite 50%)	18,82%	22,58%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Neori Ernani Abel
Diretor Executivo
CPF: 472.517.860-87

Diogo Luiz Aschebrock
Diretor de Operações
CPF: 000.332.060-07

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72